

Já passou do tempo de o FECOEP ter um plano em defesa dos desamparados

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

FGV concluiu que o Estado possui a maior desigualdade de renda do País, enquanto que o IBGE registrou 34% de jovens desempregados

Em sua primeira sessão ordinária deliberativa da história, pelo formato virtual, o Poder Legislativo de Alagoas reacendeu um tema que havia sido objeto de debate no ano que passou: o Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza. À época, as discussões se desdobraram em várias abordagens dos veículos Gazeta, tamanha a polêmica em torno do crescimento da exclusão e dos problemas decorrentes da vulnerabilidade social.

Alagoas fechou 2019 contabilizando um quadro preocupante no campo social. A Fundação Getúlio Vargas concluiu que o Estado possui a maior desigualdade de renda do País, enquanto que o IBGE registrou 34% de jovens desempregados, de 18 a 24 anos. Sem falar nas estatísticas, que comprovam milhares de alagoanos em situação de pobreza extrema.

Em 2015, logo no início de sua primeira gestão, Renan Filho aumentou impostos, ampliando também a alíquota do FECOEP. Daquele ano até o fechamento do exercício que passou, o Fundo havia arrecadado cerca de R\$ 1 bilhão dos alagoanos, segundo consta no Portal da Transparência.

De posse de "fábrica" tão poderosa para gerar dinheiro, o governador bem que poderia ter dinamizado o FECOEP, com a implantação do Plano Estadual de Combate à Pobreza, que é uma exigência da própria lei que instituiu o Fundo. Preferiu então outro caminho, desviando sua finalidade e drenando seus recursos até para a construção civil.

Agora, sob pressão do Parlamento, há uma chance de o governador cair na real e apurmar o FECOEP, que é uma ferramenta valorosa para acolher os desamparados. A correção de rumo já passou do tempo. Agora, ganha contornos dramáticos, em razão da pandemia do novo coronavírus.